

e público das instalações da DGAV, Campo Grande, 50, bem como disponibilizada na respetiva página eletrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

21 de setembro de 2015. — A Subdiretora-Geral da DGAV, *Dr.ª Cláudia Manuel Fortes Rodrigues Fernandes*.

208960167

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Despacho n.º 10812/2015

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de seleção do titular do cargo Direção Intermédia de 2.º Grau — Chefe de Divisão de Investimento de Trás-os-Montes — constante do Despacho n.º 13474/2012, alterado e republicado pelos Despachos n.º 4708/2013, publicado em D.R., em 4 de abril, e n.º 1671/2014, publicado no D.R., em 3 de fevereiro no D.R., n.º 66, 2.ª série, de 4 de abril, no *Jornal Público*, no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público.

Decorreram as operações de seleção, a cargo do Júri, de acordo com os métodos então publicitados na Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de seleção, propôs o Júri, como resultado do respetivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual, para desempenhar o cargo o candidato, Rui Manuel Ramos Ferreira Borges.

Tendo em conta os fundamentos/razões apresentados pelo Júri na respetiva informação que integra o procedimento, considero que face aos mesmos, o candidato, Rui Manuel Ramos Ferreira Borges, possui competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, correspondendo ao perfil exigido.

Assim, designo para o cargo de Chefe de Divisão de Investimento de Trás-os-Montes o Licenciado Rui Manuel Ramos Ferreira Borges, em comissão de serviço e pelo período de 3 anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual.

O presente despacho produz efeitos a 17 de setembro de 2015. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Nota Curricular

Rui Manuel Ramos Ferreira Borges, casado, nascido em 30-07-1965, natural e residente em Vila Real.

Formação académica: Licenciatura em Engenharia Florestal.

Formação profissional:

1994 — 3.º Congresso Florestal Nacional, Figueira da Foz — S.P.C.F.

1995 — Curso de Análise e Controle de Projetos Florestais — C.O.T.F.

2001 — Jornadas Transfronteiriças do Castanheiro — S.P.C.F.

2003 — Ação de Formação «Os Instrumentos de Controlo de 1.º Nível — FEOGA-O»

2004 — Curso «Análise Contabilística de Empresa» — AIP

2005 — 5.º Congresso Florestal Nacional, Viseu — S.P.C.F.

2005 — Técnicas de Produção do Sobreiro em Trás-os-Montes — UTAD

2008 — Iniciativas florestais no Âmbito do QREN e PRODER — UTAD

2009 — CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública — INA

2009 — Seminário Alterações Climáticas — Escola Superior Agrária de Ponte de Lima

2013 — 7.º Congresso Florestal Nacional, Vila Real — S.P.C.F.

2014 — Jornadas Agricultura e Floresta — Murça

Experiência profissional:

Lecionou nas Escolas C+S de Murça, Ribeira de Pena e Escola B 2,3 José dos Anjos, de Carrizado de Montenegro as disciplinas de Matemática, Ciências da Natureza e Físico-Química nos anos letivos de 1993-1994 e 1994-1995.

De setembro de 1995 a agosto de 1996 prestou serviço na Delegação Florestal de Trás-os-Montes para apoio técnico na análise, acompanhamento, fiscalização e informatização de Projetos Florestais.

De agosto de 1996 a maio de 2003 desempenhou funções técnicas na Direção Regional de Trás-os-Montes do IFADAP, competindo-lhe

a análise técnica e acompanhamento da execução física de Projetos Florestais.

De 1 de junho de 2003 a 30 de novembro de 2004 foi representante da Estrutura Segregada de Controlo do IFADAP na Direção Regional de Trás-os-Montes. Durante esse período foi responsável pelo planeamento e execução das ações de controlo no âmbito de projetos cofinanciados pelo Feoga-Garantia. No mesmo período também foi responsável pelo Controlo de 1.º Nível de projetos aprovados no âmbito da medida AGRIS.

De 1 de dezembro de 2004 a junho de 2007 foi Coordenador da Unidade de Controlo e Identificação Parcelar da Direção Regional de Trás-os-Montes do IFADAP/INGA. No âmbito destas funções coordenou a execução de ações de controlo efetuadas por técnicos da Direção Regional no âmbito de diversos programas comunitários.

De julho de 2007 a 9 de fevereiro de 2009 foi responsável, na Divisão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos de Vila Real da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, pela coordenação e realização das ações de acompanhamento de projetos aprovados no âmbito do Regime de Apoio à Reconversão de Vinhas (VITIS).

De 10 de fevereiro de 2009 a 8 de dezembro de 2011 desempenhou funções de Diretor Regional-Adjunto da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

De 9 de dezembro de 2011 até 30 de junho de 2015 desempenhou funções na Divisão de Investimento de Trás os Montes no âmbito da análise técnica e de pedidos de pagamento de pedidos de apoio apresentados no âmbito das várias ações e subações da Medida Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal do PRODER.

Desde 1 de julho de 2015 desempenha funções de Chefe de Divisão na Divisão de Investimento de Trás os Montes.

21 de setembro de 2015. — O Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, *Manuel José Serra de Sousa Cardoso*.

208962638

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Despacho n.º 10813/2015

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2015, de 9 de setembro, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Saúde através do Despacho n.º 10402/2015, de 9 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 18 de setembro, subdelego:

1 — No Diretor-Geral da Saúde, licenciado Francisco Henrique Moura George, com a faculdade de subdelegação, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito do procedimento previsto no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2015, de 9 de setembro.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2015, de 9 de setembro.

18 de setembro de 2015. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Fernando Serra Leal da Costa*.

208959877

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 11000/2015

Para os efeitos da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a enfermeira, da carreira especial de enfermagem Isabel Mónica Coelho Gomes de Sá irá cessar, a seu pedido, o exercício de funções nesta Administração Regional de Saúde do Centro, IP, por exoneração, no dia 30 de setembro de 2015.

16 de setembro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

208960215